

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	31
--------------------	----

PARTE I – DIREITO DO TRABALHO.....	33
------------------------------------	----

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO	35
---	----

1. DIREITO DO TRABALHO.....	35
1.1. Denominação e conceito	35
1.2. Características	36
1.3. Natureza jurídica	36
1.4. Autonomia e divisão	36
1.5. Fundamentos e formação histórica.....	37
1.6. Funções do Direito do Trabalho	38
1.7. Flexibilização e Desregulamentação Trabalhista. Tendências atuais do Direito do Trabalho	39
2. FONTES DO DIREITO	41
2.1. Conceito e classificação	41
2.2. Fontes formais.....	42
2.2.1. Fontes formais heterônomas.....	42
2.2.2. Fontes formais autônomas	44
2.3. Figuras especiais	45
2.4. Hierarquia das fontes	46
2.5. Conflito de normas.....	47
2.6. Eficácia da Lei Trabalhista.....	48
2.7. Hermenêutica: interpretação, integração e aplicação do direito do trabalho	49
3. PRINCÍPIOS	52
3.1. Conceito. Função	52

3.2. Princípios específicos do Direito do Trabalho	53
4. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO NO DIREITO DO TRABALHO	55
5. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA	56
6. ARBITRAGEM.....	57
7. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA.....	59
7.1. Prescrição trabalhista	60
7.2. Contagem do prazo prescricional e momento de arguição.....	62
7.3. Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição	63
7.4. Prescrição intercorrente	63

CAPÍTULO 2

RELAÇÃO DE TRABALHO E RELAÇÃO DE EMPREGO 65

1. DISTINÇÃO	65
1.1. Requisitos da relação de emprego	65
1.2. Natureza jurídica da relação de emprego	67
2. MODALIDADES DE RELAÇÃO DE TRABALHO <i>LATO SENSU</i>	68
2.1. Trabalho autônomo	68
2.2. Trabalho eventual	68
2.3. Trabalho avulso	68
2.4. Trabalho temporário	69
2.5. Estágio.....	71
2.6. Trabalho cooperativado.....	72
2.7. Trabalho voluntário	73
2.8. Representante comercial	73
2.9. Transportador Autônomo de Carga	75
2.10. Salão-parceiro e profissional-parceiro.....	75
2.11. Trabalho por Plataformas Digitais (“Uberização”).....	76
3. MODALIDADES DE EMPREGADOS	76
3.1. Empregado doméstico	76
3.2. Empregado rural	82
3.2.1. Contrato misto e contratos afins	85
3.3. Mãe Social (Lei nº 7.644/1987)	86
3.4. Aprendiz	87

3.5.	Altos empregados	89
3.6.	Teletrabalho ou trabalho remoto	90
3.7.	Empregado intermitente.....	91
3.8.	Empregado hipersuficiente.....	93
3.9.	Atletas (Lei geral do Desporto, Lei n. 9.615/1998 e Lei n. 13.155/2015).....	94
4.	IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL	96

CAPÍTULO 3

EMPREGADOR.....99

1.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	99
2.	PODERES DO EMPREGADOR NA RELAÇÃO DE EMPREGO.....	99
3.	GRUPO ECONÔMICO	100
4.	SUCESSÃO DE EMPREGADORES.....	102
4.1.	Requisitos.....	102
5.	CONSÓRCIO DE EMPREGADORES	105
6.	RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA	105
7.	DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	105
8.	SÓCIO RETIRANTE	106
9.	TERCEIRIZAÇÃO (LEI N. 6019/74)	106
9.1.	Terceirização na Administração Pública	110
9.2.	Empreitada e subempreitada.....	111
10.	FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	111

CAPÍTULO 4

CONTRATO DE TRABALHO..... 115

1.	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	115
2.	ELEMENTOS ESSENCIAIS	116
3.	CLASSIFICAÇÃO	117
4.	CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO.....	118
5.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	119

6.	SUSPENSÃO E INTERRUPÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO.....	122
6.1.	Diferenças e hipóteses legais.....	122
6.2.	Efeitos jurídicos.....	123
6.3.	Licença-paternidade	125
7.	DIREITOS INTELECTUAIS E INVENÇÕES DOS EMPREGADOS	125
8.	INDENIZAÇÕES POR DANOS MATERIAIS E MORAIS	125
8.1.	Dano moral (extrapatrimonial)	126
8.1.1.	Dano morte	127
8.2.	Assédio sexual e assédio moral	128
8.3.	Dano à imagem	129
8.4.	Revista íntima	129
8.5.	Lesões acidentárias: dano material, dano moral, dano estético	130
8.6.	Perda de uma chance	131
9.	LGPD E SUA APLICAÇÃO AOS CONTRATOS DE TRABALHO	131
10.	COMPLIANCE TRABALHISTA	134
11.	DECRETO Nº 10.854/2021 – MARCO REGULATÓRIO TRABALHISTA INFRALEGAL	136

CAPÍTULO 5

REMUNERAÇÃO E EQUIPARAÇÃO..... 139

1.	SALÁRIO E REMUNERAÇÃO.....	139
1.1.	Salário complessivo, salário proporcional e salário substituição	139
1.2.	Características do salário	140
1.3.	Pagamento do salário	140
1.4.	Princípio da irredutibilidade salarial (art. 7º, VI, CF/88)	141
1.5.	Descontos salariais.....	142
1.6.	Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	143
1.7.	Parcelas salariais	143
1.8.	Parcelas não salariais	146
2.	EQUIPARAÇÃO SALARIAL.....	147
3.	DESVIO DE FUNÇÃO.....	149
4.	ACÚMULO DE FUNÇÃO.....	150

CAPÍTULO 6**DURAÇÃO DO TRABALHO 151**

1. DURAÇÃO DO TRABALHO	151
2. TEMPO DE PRONTIDÃO E DE SOBREAVISO.....	152
3. LIMITES DA DURAÇÃO DO TRABALHO	153
4. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO	154
5. JORNADA 12 X 36 HORAS	154
6. JORNADA NOTURNA.....	155
7. JORNADA CONTROLADA.....	156
8. JORNADA NÃO CONTROLADA	157
9. MOTORISTA PROFISSIONAL.....	158
10. TRABALHO EM TEMPO PARCIAL	159
11. PRORROGAÇÃO DE JORNADA	160
12. PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS	161
13. PERÍODOS DE DESCANSO	163
13.1. Intervalos	163
13.1.1. Intervalo intrajornada	163
13.1.2. Intervalo interjornada	166
13.1.3. Descanso semanal remunerado	167
14. FERIADOS.....	168
15. FÉRIAS	169
15.1. Conceito e período de duração.....	169
15.2. Período aquisitivo, período concessivo e fracionamento das férias	170
15.3. Perda do direito de férias.....	171
15.4. Cálculo e pagamento das férias.....	171
15.5. Férias coletivas	173
15.6. Férias vencidas, férias simples, férias proporcionais e prescrição.....	173

CAPÍTULO 7**RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 175**

1. CONCEITO E MODALIDADES.....	175
2. MODALIDADES DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	177
3. JUSTA CAUSA	178
3.1. Requisitos da justa causa.....	178
3.2. Hipóteses de justa causa	180
3.2.1. Hipóteses de justa causa aplicáveis às domésticas	181
4. RESCISÃO INDIRETA	182
4.1. Hipóteses de rescisão indireta	182
5. CULPA RECÍPROCA	183
6. DISPENSA ARBITRÁRIA E SEM JUSTA CAUSA	183
7. DISPENSA DISCRIMINATÓRIA	183
8. ACERTO RESCISÓRIO E MULTAS RESCISÓRIAS	183
9. TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL.....	185
10. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA OU INCENTIVADA – PDV OU PDI	185
11. DISPENSA INDIVIDUAL, COLETIVA E PLÚRIMA	185
12. AVISO PRÉVIO	186
13. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA	188
14. FGTS.....	189
15. SEGURO-DESEMPREGO	190

CAPÍTULO 8**ESTABILIDADES. PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR E DA MULHER.
SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO..... 193**

1. ESTABILIDADE E GARANTIAS PROVISÓRIAS DE EMPREGO	193
1.1. Modalidades de estabilidade	193
1.2. Modalidades de garantias de emprego	194
1.2.1. Gestantes	194

1.2.2.	Acidentados no trabalho	196
1.2.3.	Empregado reabilitado e empregado portador de deficiência	196
1.2.4.	Dirigentes sindicais e suplentes	197
1.2.5.	Empregados diretores de cooperativas.....	198
1.2.6.	Cargos de direção e suplentes da CIPA.....	198
1.2.7.	Membros da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	199
1.2.8.	Membros do Conselho Curador do FGTS e do Conselho Nacional de Previdência Social.....	199
1.2.9.	Membro da Comissão de Representantes dos Empregados.....	199
2.	REINTEGRAÇÃO	199
3.	INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	200
4.	PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR	201
5.	PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER	203
5.1.	Licença-maternidade.....	206
5.2.	Lei nº 14.457/22. Programa Emprega + Mulheres.....	207
6.	SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	209
6.1.	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio - CIPA	210
6.2.	SESMT – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.....	211
6.3.	Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.....	211
6.4.	Atividades insalubres.....	211
6.5.	Periculosidade	213
6.6.	Prevenção da fadiga	215
7.	ACIDENTE/DOENÇA DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL	215
8.	TRABALHO ANÁLOGO À CONDIÇÃO DE ESCRAVO	218

CAPÍTULO 9

DIREITOS COLETIVOS..... 223

1.	GENERALIDADES	223
2.	PRINCÍPIOS	223
2.1.	Liberdade associativa e sindical	223

2.1.1.	Liberdade sindical em relação ao indivíduo.....	223
2.1.2.	Liberdade sindical em relação ao grupo	224
2.1.3.	Liberdade sindical em relação ao Estado	225
2.2.	Princípio da autonomia sindical	225
2.3.	Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva.....	225
2.4.	Princípio da equivalência dos contratantes coletivos.....	225
2.5.	Princípio da lealdade e transparência nas negociações coletivas	226
2.6.	Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva	226
2.7.	Princípio da adequação setorial negociada.....	226
2.8.	Princípio da intervenção mínima na autonomia da vontade coletiva.....	227
3.	ESTRUTURA SINDICAL BRASILEIRA	228
3.1.	Sindicato	228
3.2.	Federações.....	228
3.3.	Confederações	229
3.4.	Centrais sindicais	229
3.5.	Representação dos empregados na empresa	230
4.	SINDICATO.....	232
4.1.	Definição	232
4.2.	Natureza jurídica	233
4.3.	Histórico	233
4.4.	Sistemas sindicais.....	235
4.4.1.	Crítério da liberdade sindical.....	235
4.4.2.	Crítério da agregação dos trabalhadores em um determinado sindicato	236
4.5.	Base territorial.....	239
4.6.	Registro do sindicato	239
4.7.	Modelo sindical brasileiro atual	239
4.7.1.	Princípios da agregação e da especialização	240
4.8.	Estrutura interna do sindicato	240
4.9.	Funções do sindicato.....	240
4.10.	Garantias sindicais.....	241
5.	SISTEMA DE CUSTEIO SINDICAL.....	242
5.1.	Contribuição sindical.....	242
5.2.	Contribuição confederativa.....	243

5.3.	Contribuição assistencial.....	243
5.4.	Mensalidade	244
6.	FORMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS COLETIVOS	244
6.1.	Autodefesa.....	245
6.1.1.	Greve.....	245
6.1.2.	Características.....	246
6.1.3.	Possibilidade de contratação de trabalhadores	246
6.1.4.	Formalidades.....	246
6.1.5.	Greve no serviço público.....	247
6.1.6.	“Lockout”	248
6.2.	Autocomposição	248
6.2.1.	Mediação e conciliação.....	248
6.2.2.	Negociação coletiva	249
6.2.3.	Participação prévia dos sindicatos nas demissões coletivas	250
6.3.	Heterocomposição	250
6.3.1.	Arbitragem	250
6.3.2.	Jurisdição.....	251
7.	INSTRUMENTOS NORMATIVOS – ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS.....	253
7.1.	Conceito e natureza jurídica	253
7.2.	Aplicação.....	254
7.3.	Formalidades	254
7.4.	Vigência	255
7.5.	Prorrogação, revisão, denúncia e revogação.....	256
7.6.	Conflito de normas.....	256
8.	LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	256
8.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado	256
8.2.	Direitos trabalhistas que podem ser negociados	258
8.3.	Direitos trabalhistas que não podem ser negociados	260
9.	A OIT e sua importância para o movimento sindical.....	263
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265

PARTE II – PROCESSO DO TRABALHO..... 267**CAPÍTULO 1****TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 269**

1. EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.....	269
2. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA.....	270
3. FONTES	270
3.1. Fontes relevantes ou primárias.....	271
3.2. Figuras especiais	273
3.3. Hierarquia e conflito entre as fontes	274
3.4. Interpretação do Direito Processual do Trabalho	274
3.5. Lacunas e integração do Direito Processual do Trabalho	275
3.6. Aplicação do Código de Processo Civil ao Processo do Trabalho	275
3.7. Eficácia da norma processual trabalhista	277
4. PRINCÍPIOS	280
4.1. Princípios constitucionais.....	281
4.1.1. Devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB/88)	281
4.1.2. Juiz natural (art. 5º, LIII, CRFB/88)	281
4.1.3. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB/88)	281
4.1.4. Contraditório e ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB/88)	281
4.1.5. Motivação e publicidade das decisões judiciais (art. 93, IX, CRFB/88).....	281
4.1.6. Razoabilidade da duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB/88).....	282
4.2. Princípios comuns ao Direito Processual Civil e ao Processo do Trabalho	282
4.2.1. Princípio da inércia, dispositivo ou da demanda (art. 2º do CPC).....	282
4.2.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial (art. 2º do CPC)	282
4.2.3. Princípio da instrumentalidade das formas (art. 283 do CPC)	282
4.2.4. Princípio da estabilidade da lide (art. 141 do CPC).....	283
4.2.5. Princípio da impugnação especificada (art. 342 do CPC).....	283

4.2.6.	Princípio da eventualidade (art. 336 do CPC).....	283
4.2.7.	Princípio da preclusão (arts. 63, § 4º, 104, 209, § 2º, 278, 293, 507, 1009 do CPC)	283
4.2.8.	Princípio da boa-fé processual (arts. 5º e 79 a 81 do CPC).....	285
4.2.9.	Princípio da primazia da decisão de mérito (art. 4º do CPC)	285
4.3.	Princípios específicos do Direito Processual do Trabalho	285
4.3.1.	Princípio da proteção ou da tutela.....	285
4.3.2.	Princípio da busca da verdade real.....	286
4.3.3.	Princípio da conciliação.....	286
4.3.4.	Princípio da normatização coletiva (art. 114, § 2º, da CRFB/88).....	286
4.3.5.	Princípio do <i>jus postulandi</i>	286
4.3.6.	Princípio da simplicidade.....	287
4.3.7.	Princípio da oralidade	287
5.	MÉTODOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS TRABALHISTAS.....	288
5.1.	Autodefesa ou autotutela.....	288
5.2.	Autocomposição	288
5.2.1.	Mediação e conciliação.....	289
5.2.2.	Comissão de Conciliação Prévia – CCP.....	289
5.2.3.	Processo de jurisdição voluntária de homologação de acordo extrajudicial.....	291
5.3.	Heterocomposição	292
5.3.1.	Arbitragem	293
6.	ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	294
6.1.	Órgãos da Justiça do Trabalho	294
6.2.	Juizes do Trabalho	294
6.3.	Tribunais Regionais do Trabalho	296
6.4.	Tribunal Superior do Trabalho	297
6.4.1.	Órgãos internos do TST.....	297
6.4.2.	Órgãos auxiliares do TST	298
6.5.	Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	298

6.5.1.	Secretarias das varas do trabalho	298
6.5.2.	Secretarias dos tribunais.....	300
6.5.3.	Serviços de distribuição de feitos	301
6.5.4.	Oficiais de Justiça Avaliadores	301
6.6.	Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.....	302
7.	COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	302
7.1.	Competência material (<i>rationae materiae</i>) e pessoal.....	303
7.1.1.	Ações envolvendo relação de trabalho	305
7.1.2.	Ações envolvendo direito de greve.....	308
7.1.3.	Ações sobre representação sindical e sindicatos	309
7.1.4.	Mandados de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	309
7.1.5.	Conflitos de competência envolvendo jurisdição trabalhista	310
7.1.6.	Ações de indenização por dano moral ou patrimonial.....	310
7.1.7.	Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores por órgãos de fiscalização do trabalho	311
7.1.8.	Execução, de ofício, das contribuições sociais.....	311
7.1.9.	Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.....	312
7.1.10.	Lides que não são da competência da Justiça do Trabalho.....	313
7.2.	Competência funcional.....	315
7.3.	Competência territorial	315
7.4.	Competência absoluta e relativa.....	317
7.5.	Modificação da competência	318
7.5.1.	Conexão	318
7.5.2.	Continência	319
7.6.	Conflito de competência	319

CAPÍTULO 2

PROCESSO E AÇÃO TRABALHISTA 321

1.	INTRODUÇÃO.....	321
2.	PROCESSO.....	321
2.1.	Pressupostos processuais.....	322

2.1.1.	Pressupostos processuais de existência	322
2.1.2.	Pressupostos processuais positivos de validade	322
2.1.3.	Pressupostos processuais negativos de validade	324
3.	AÇÃO	324
3.1.	Conceito	324
3.2.	Classificação das ações trabalhistas	325
4.	SUJEITOS DO PROCESSO	326
4.1.	Partes	326
4.1.1.	Capacidade na relação processual	326
4.1.2.	Sucessão processual	330
4.2.	Ministério Público do Trabalho	331
4.2.1.	Formas de atuação	332
4.2.2.	Princípios institucionais do MPT	332
4.2.3.	Garantias, prerrogativas e vedações	333
4.3.	Litisconsórcio	333
4.3.1.	Conceito e cabimento	333
4.3.2.	Classificação	334
4.3.3.	Atuação dos litisconsortes	335
4.4.	Intervenção de terceiros	335
4.4.1.	Modalidades de intervenção de terceiros	336
4.4.2.	Oposição	342
4.4.3.	Intervenção de terceiros no rito sumaríssimo	342
4.5.	Deveres das partes, procuradores e terceiros participantes do processo	342
4.5.1.	Introdução	342
4.5.2.	Ato atentatório à dignidade da justiça	343
4.5.3.	Litigância de má-fé e dano processual	344
4.5.4.	Multa aplicada à testemunha	345
4.5.5.	Vedação às expressões injuriosas	346
4.5.6.	Assédio processual	346
5.	ATOS, TERMOS, NEGÓCIOS JURÍDICOS E PRAZOS PROCESSUAIS	347
5.1.	Introdução	347

5.2.	Atos processuais	347
5.2.1.	Classificação dos atos processuais	347
5.2.2.	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	348
5.2.3.	Da prática dos atos processuais	349
5.3.	Termo processual	349
5.4.	Prazos processuais	349
5.4.1.	Conceito.....	349
5.4.2.	Contagem dos prazos processuais.....	351
5.4.3.	Interrupção e suspensão dos prazos processuais.....	353
5.4.4.	Classificação dos prazos processuais	354
5.5.	Comunicação dos atos processuais.....	355
5.6.	Negócios jurídicos processuais	356
5.7.	Juízo 100% digital – Resolução nº345/20 do CNJ	357
6.	PRECLUSÃO.....	358
6.1.	Conceito.....	358
6.2.	Classificação da preclusão	358
7.	DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	359
7.1.	Despesas processuais.....	359
7.2.	Assistência judiciária gratuita e gratuidade de justiça	361
7.3.	Honorários advocatícios sucumbenciais	363
8.	NULIDADES DOS ATOS PROCESSUAIS	366
8.1.	Princípios das nulidades.....	367
9.	FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	368
9.1.	Formação do processo	368
9.2.	Suspensão do processo	368
9.3.	Extinção do processo.....	369
10.	PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS	369

CAPÍTULO 3

PROCESSO DE CONHECIMENTO..... 373

1.	PETIÇÃO INICIAL	373
1.1.	Requisitos obrigatórios da petição inicial.....	373

1.1.1.	Designação do juízo.....	374
1.1.2.	Qualificação das partes.....	374
1.1.3.	Breve exposição dos fatos.....	374
1.1.4.	Pedido certo, determinado e com indicação de seu valor.....	374
1.1.5.	Data	376
1.1.6.	Assinatura	376
1.2.	Requisitos facultativos da petição inicial	377
1.3.	Petição inicial verbal	377
1.4.	Alteração da petição inicial.....	377
1.5.	Indeferimento da petição inicial	377
1.6.	Improcedência liminar do pedido	379
1.7.	Desistência do pedido ou da ação	379
2.	TUTELA PROVISÓRIA	380
2.1.	Introdução.....	380
2.2.	Espécies de tutela provisória	381
2.2.1.	Características da tutela provisória.....	381
2.2.2.	Requisitos para a concessão da tutela provisória.....	382
2.2.3.	Tutela provisória de evidência	382
2.2.4.	Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	383
2.2.5.	Tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	383
2.2.6.	Tutela provisória de urgência cautelar antecedente.....	383
2.2.7.	Concessão liminar.....	384
2.2.8.	Caução e responsabilidade do credor pelos prejuízos causados ...	384
2.2.9.	Formas de impugnação	385
3.	AUDIÊNCIA TRABALHISTA	385
3.1.	Introdução.....	385
3.2.	Procedimento da audiência no rito ordinário.....	386
3.3.	Procedimento da audiência no rito sumaríssimo	390
4.	RESPOSTA DO RÉU	391
4.1.	Introdução.....	391
4.2.	Revelia	391
4.3.	Contestação	392

4.3.1.	Contestação contra o processo	393
4.3.2.	Contestação contra o mérito	395
4.3.3.	Fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor	396
4.3.4.	Exceção de incompetência	397
4.3.5.	Arguição de suspeição ou impedimento	397
4.4.	Reconvenção	401
4.4.1.	Pressupostos e requisitos da reconvenção	401
4.4.2.	Procedimento da reconvenção	402
4.4.3.	Pedido contraposto	402
5.	JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	402
6.	PROVAS	403
6.1.	Conceito	403
6.2.	Princípios	404
6.3.	Fases da produção da prova	405
6.4.	Objeto da prova	405
6.5.	Finalidade da prova	406
6.6.	Ônus da prova	406
6.6.1.	Inversão do ônus da prova	407
6.7.	Prova de fato negativo	409
6.8.	Meios de prova	410
6.8.1.	Depoimento pessoal	410
6.8.2.	Prova testemunhal	410
6.8.3.	Prova documental	413
6.8.4.	Prova pericial	415
6.8.5.	Inspeção judicial	417
6.8.6.	Ata notarial	417
6.8.7.	Prova emprestada	418
6.9.	Produção antecipada de provas	418

CAPÍTULO 4

DECISÃO JUDICIAL E RECURSOS	421
-----------------------------------	-----

1. PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS	421
1.1. Sentença	422
1.1.1. Classificação das sentenças	423
1.1.2. Elementos da sentença	423
1.1.3. Defeitos da sentença.....	430
1.2. Observância da jurisprudência dos tribunais.....	433
2. COISA JULGADA	433
2.1. Conceito.....	433
2.2. Espécies	434
2.2.1. Coisa julgada formal	434
2.2.2. Coisa julgada material.....	434
2.3. Coisa julgada em relação à União.....	434
2.4. Extensão da coisa julgada	435
2.4.1. Limites objetivos.....	435
2.4.2. Limites subjetivos	436
2.5. Coisa julgada nas demandas coletivas	436
2.6. Relação jurídica continuativa.....	437
3. RECURSOS TRABALHISTAS	437
3.1. Introdução.....	437
3.2. Conceito e natureza jurídica	438
3.3. Princípios	438
3.3.1. Princípio da taxatividade	438
3.3.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da fungibilidade...	438
3.3.3. Princípio do duplo grau de jurisdição	438
3.3.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias.....	439
3.3.5. Princípio da dialeticidade	440
3.3.6. Princípio do <i>non reformatio in pejus</i>	440
3.3.7. Princípio da unirrecorribilidade.....	440
3.4. Requisitos de admissibilidade dos recursos	440
3.4.1. Requisitos objetivos.....	441
3.4.2. Requisitos subjetivos	446

3.5.	Efeitos do recurso trabalhista	446
3.5.1.	Efeito devolutivo	446
3.5.2.	Efeito obstativo	447
3.5.3.	Efeito translativo.....	447
3.5.4.	Efeito regressivo.....	447
3.5.5.	Efeito extensivo	448
3.5.6.	Efeito substitutivo.....	448
3.6.	Procedimento recursal	448
3.7.	Desistência e renúncia do recurso	450
4.	RECURSO ORDINÁRIO	451
4.1.	Conceito.....	451
4.2.	Forma de interposição	451
5.	RECURSO DE REVISTA	452
5.1.	Conceito.....	452
5.2.	Requisitos de admissibilidade	453
5.3.	Hipóteses de não cabimento do Recurso de Revista	455
5.4.	Depósito recursal.....	455
5.5.	Divergência jurisprudencial.....	455
5.6.	Prequestionamento.....	456
5.7.	Transcendência	456
5.8.	Recurso de revista em rito sumaríssimo.....	457
5.9.	Procedimento	457
6.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	458
6.1.	Conceito.....	458
6.2.	Cabimento	458
6.3.	Embargos protelatórios	459
6.4.	Procedimento	460
6.5.	Prequestionamento ficto	460
7.	AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	461
7.1.	Conceito.....	461
7.2.	Cabimento	461
7.3.	Prazos e forma de interposição	462
7.4.	Requisitos específicos.....	462

7.5. Procedimento	463
8. AGRAVO DE PETIÇÃO	463
8.1. Conceito	463
8.2. Requisitos específicos	463
8.3. Procedimento	464
9. RECURSO ADESIVO	464
9.1. Conceito e características	464
10. PEDIDO DE REVISÃO	465
10.1. Conceito e características	465
11. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	465
11.1. Conceito, características e cabimento	465
11.2. Procedimento	467
12. EMBARGOS INFRINGENTES	467
12.1. Conceito e características	467
13. AGRAVO INTERNO E REGIMENTAL	468
13.1. Conceito e características	468
13.2. Procedimento	468
14. REMESSA NECESSÁRIA	469
14.1. Conceito	469
14.2. Hipóteses de não cabimento	469
15. RECLAMAÇÃO CORREICIONAL	470
15.1. Conceito e características	470

CAPÍTULO 5

EXECUÇÃO 471

1. LIQUIDAÇÃO	471
1.1. Introdução	471
1.2. Espécies de liquidação	471
1.2.1. Liquidação por cálculos	471
1.2.2. Liquidação por arbitramento	472
1.2.3. Liquidação por artigos	472
1.3. Especificidades do cálculo trabalhista	472

1.3.1.	Atualização monetária e juros de mora	473
1.4.	Contribuições previdenciárias	473
1.5.	Imposto de renda	474
1.6.	Impugnação à conta de liquidação	474
2.	EXECUÇÃO TRABALHISTA	475
2.1.	Introdução	475
2.2.	Princípios da execução	475
2.2.1.	Do título	475
2.2.2.	Efetividade	475
2.2.3.	Promoção de ofício	476
2.2.4.	Da natureza real da execução	476
2.2.5.	Da não prejudicialidade do devedor	476
2.3.	Fontes normativas	476
2.4.	Competência	476
2.5.	Legitimidade	477
2.5.1.	Legitimidade ativa	477
2.5.2.	Legitimidade passiva	477
2.6.	Título executivo	478
2.6.1.	Conceito	478
2.6.2.	Espécies	478
2.7.	Execução provisória	479
2.8.	Execução de prestações sucessivas	479
2.9.	Tutela específica ou tutela pelo resultado prático equivalente	480
2.10.	Falência e recuperação judicial	481
2.11.	Intervenção e liquidação extrajudicial	484
2.12.	Nulidade da execução	484
2.13.	Suspensão da execução	484
2.14.	Extinção da execução	484
2.15.	Prescrição intercorrente	485
2.16.	Custas processuais	485
2.17.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT	486
3.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE	487
3.1.	Características	487

3.2.	Penhora.....	489
3.3.	Expropriação de bens	493
4.	EMBARGOS À EXECUÇÃO.....	498
4.1.	Conceito	498
4.2.	Prazo	498
4.3.	Matérias que poderão ser tratadas.....	498
4.4.	Procedimento	499
4.5.	Embargos à execução por carta.....	499
4.6.	Relativização da coisa julgada	499
5.	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE	500
6.	EMBARGOS DE TERCEIRO	500
7.	EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	502

CAPÍTULO 6

AÇÕES ESPECIAIS	505
1. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE	505
1.1. Conceito	505
1.2. Cabimento	505
1.3. Prazo para ajuizamento.....	506
1.4. Natureza jurídica	506
1.5. Procedimento	506
2. DISSÍDIO COLETIVO.....	507
2.1. Conceito.....	507
2.2. Classificação.....	507
2.3. Competência	507
2.4. Legitimidade	507
2.5. Pressupostos	508
2.6. Petição inicial	508
2.7. Procedimento	509
2.8. Sentença normativa.....	509
2.8.1. Conceito e natureza jurídica.....	509
2.8.2. Período de vigência.....	510
2.8.3. Extensão da sentença normativa	510

2.8.4.	Efeitos	510
2.9.	Revisão	511
3.	AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	511
4.	AÇÃO ANULATÓRIA DE CLÁUSULAS CONVENCIONAIS.....	512
5.	AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	513
6.	MANDADO DE SEGURANÇA.....	515
6.1.	Conceito.....	515
6.2.	Modalidades	515
6.3.	Legitimidade	515
6.4.	Competência	516
6.5.	Requisitos.....	516
6.5.1.	Prazo decadencial.....	516
6.5.2.	Direito líquido e certo.....	517
6.5.3.	Ato de autoridade.....	517
6.6.	Procedimento	517
6.6.1.	Liminar	518
6.6.2.	Coisa julgada	518
6.6.3.	Recurso.....	519
7.	AÇÃO CIVIL PÚBLICA E AÇÃO COLETIVA.....	519
7.1.	Conceito.....	519
7.2.	Legitimidade	520
7.3.	Competência	520
7.4.	Cabimento	520
7.5.	Procedimento	520
8.	AÇÃO MONITÓRIA	521
8.1.	Conceito.....	521
8.2.	Procedimento	521
9.	AÇÃO RESCISÓRIA.....	522
9.1.	Conceito.....	522
9.2.	Competência e legitimidade.....	522
9.3.	Hipóteses de cabimento.....	524
9.3.1.	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	524

9.3.2.	Juiz impedido ou absolutamente incompetente.....	525
9.3.3.	Dolo ou coação da parte, simulação ou colusão entre as partes ..	525
9.3.4.	Ofensa à coisa julgada	526
9.3.5.	Violação manifesta de norma jurídica	526
9.3.6.	Prova falsa	527
9.3.7.	Prova nova	528
9.3.8.	Invalidação de confissão, desistência ou transação.....	528
9.3.9.	Sentença fundada em erro de fato	528
9.4.	Requisitos da ação rescisória	528
9.5.	Procedimento da ação rescisória	530
9.6.	Recurso	531

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	533
---	------------